

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA BRASILEIRA.....	23
---	-----------

1.1. Introdução.....	23
1.2. A evolução histórica da Advocacia Pública.....	24
1.3. A Constituição de 1988 e a constitucionalização da Advocacia Pública	25
1.4. Os artigos 131 e 132 da Constituição Federal.....	27
1.5. A Advocacia Pública como função de Estado	28
1.6. Conclusão.....	29

CAPÍTULO 2

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E A POSIÇÃO CONSTITUCIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA	31
---	-----------

2.1. Introdução.....	31
2.2. A superação da teoria clássica da separação dos poderes.....	32
2.3. O significado constitucional das Funções Essenciais à Justiça	34

2.4.	A Advocacia Pública no sistema constitucional brasileiro.....	35
2.5.	As Funções Essenciais à Justiça como garantias institucionais.....	36
2.6.	As Funções Essenciais à Justiça e a teoria das cláusulas pétreas.....	37
2.7.	A posição constitucional das Procuradorias Municipais..	38
2.8.	Conclusão.....	40

CAPÍTULO 3

A OBRIGATORIEDADE CONSTITUCIONAL DE INSTITUIÇÃO DO ÓRGÃO DE ADVOCACIA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS	41
3.1. Introdução.....	41
3.2. O Município como ente federativo	42
3.3. A simetria constitucional e as Procuradorias Municipais	43
3.4. A impossibilidade de substituição da Advocacia Pública por estruturas precárias	45
3.5. A Procuradoria Municipal como instrumento de controle da legalidade	46
3.6. A evolução da jurisprudência constitucional	48
3.7. A Procuradoria Municipal como exigência do Estado Democrático de Direito	49
3.8. Conclusão.....	49

CAPÍTULO 4

A PROCURADORIA MUNICIPAL COMO INSTITUIÇÃO CONSTITUCIONAL DE ESTADO	51
---	-----------

4.1.	Introdução.....	51
4.2.	Estado e governo: distinções necessárias	52
4.3.	A natureza institucional da Advocacia Pública	53
4.4.	A Procuradoria Municipal e o interesse público primário ..	56
4.5.	A valorização constitucional das Procuradorias Municipais	58
4.6.	A Procuradoria Municipal como garantia institucional....	59
4.7.	A incompatibilidade entre a natureza constitucional da Procuradoria e sua subordinação política.....	60
4.8.	A Procuradoria Municipal no constitucionalismo contemporâneo	61
4.9.	Conclusão.....	62

CAPÍTULO 5

MUNICÍPIO E O PRINCÍPIO DA UNICIDADE ORGÂNICA DA ADVOCACIA PÚBLICA.....		63
5.1.	Introdução.....	63
5.2.	Fundamentos constitucionais da unicidade orgânica.....	64
5.3.	A Advocacia Pública como função constitucional exclusiva.....	65
5.4.	A consolidação jurisprudencial da unicidade orgânica no Tribunal de Justiça de São Paulo	66
5.5.	A vedação às procuradorias autárquicas e aos órgãos jurídicos paralelos	67
5.6.	A relação entre unicidade orgânica e autonomia técnica	68
5.7.	O princípio da unicidade orgânica e a autonomia municipal	70
5.8.	A unicidade orgânica como instrumento de fortalecimento das Procuradorias Municipais.....	71
5.9.	Conclusão.....	71

CAPÍTULO 6

A PROCURADORIA MUNICIPAL DEVE TER ESTRUTURA E CORREGEDORIA PRÓPRIAS	73
6.1. Introdução.....	73
6.2. A autonomia institucional como decorrência da natureza constitucional da Advocacia Pública	74
6.3. Estrutura própria e identidade institucional	75
6.4. A necessidade de corregedoria própria.....	76
6.5. A Constituição Paulista e a relevância das corregedorias na Advocacia Pública	77
6.6. A jurisprudência paulista e a proteção da autonomia funcional dos Procuradores Municipais.....	78
6.7. A independência técnica e a impossibilidade de controle disciplinar inadequado	81
6.8. Estrutura própria, corregedoria e governança jurídica....	82
6.9. Conclusão.....	83

CAPÍTULO 7

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DEVE SER CARGO COMISSIONADO?	85
7.1. Introdução.....	85
7.2. A chefia da Advocacia Pública e a lógica constitucional..	86
7.3. A natureza jurídica do cargo de Procurador-Geral.....	89
7.4. A livre nomeação e os limites constitucionais.....	90
7.5. Procurador-Geral externo ou membro da carreira?	92
7.6. A autonomia institucional não depende da forma de provimento	93
7.7. O Procurador-Geral como agente de integração institucional.....	94

7.8.	O modelo mais compatível com o fortalecimento das Procuradorias Municipais	94
7.9.	Conclusão.....	95

CAPÍTULO 8

AS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA COMO GARANTIAS PERMANENTES DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	97
8.1. Introdução.....	97
8.2. A Constituição de 1988 e a criação de um sistema de garantias institucionais.....	98
8.3. A Advocacia Pública e sua inserção entre as Funções Essenciais à Justiça	99
8.4. A posição singular da Advocacia Pública no sistema constitucional	99
8.5. As Funções Essenciais à Justiça e a teoria das garantias institucionais.....	101
8.6. As Funções Essenciais à Justiça e a proteção contra o retrocesso institucional	101
8.7. A Advocacia Pública Municipal e a preservação da ordem constitucional local.....	102
8.8. A Advocacia Pública como instrumento de estabilidade institucional.....	103
8.9. Conclusão.....	104

CAPÍTULO 9

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E CLÁUSULAS PÉTREAS: A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA	105
---	------------

9.1.	Introdução.....	105
9.2.	A inovação constitucional de 1988	106
9.3.	A insuficiência da teoria clássica da separação dos poderes	107
9.4.	As Funções Essenciais à Justiça como sistema constitucional de controle.....	108
9.5.	As procuraturas constitucionais e a Advocacia Pública...	109
9.6.	As Funções Essenciais à Justiça e a teoria das cláusulas pétreas.....	110
9.7.	A proteção do núcleo essencial da Advocacia Pública.....	111
9.8.	A Advocacia Pública como garantia permanente do Estado Democrático de Direito.....	112
9.9.	Conclusão.....	112

CAPÍTULO 10

A PROCURADORIA MUNICIPAL COMO ÓRGÃO VALORIZADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ...

10.1.	Introdução.....	115
10.2.	O Município na Federação de 1988.....	116
10.3.	O abandono da visão patrimonialista da Advocacia Pública	117
10.4.	O Tema 510 da Repercussão Geral e a consolidação da Advocacia Pública municipal	117
10.5.	A ADPF 1.037/AP e a valorização das Procuradorias Municipais	120
10.6.	A jurisprudência do STF e o princípio da unicidade orgânica	121
10.7.	A Advocacia Pública como instituição de Estado	122
10.8.	Os honorários sucumbenciais como prerrogativa institucional da Advocacia Pública.....	123

10.9. A incompatibilidade do controle de ponto com a independência funcional do Advogado Público	125
10.10. Conclusão.....	129

CAPÍTULO 11

PROCURADORIAS LEGISLATIVAS E FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: IDENTIDADE OU DISTINÇÃO CONSTITUCIONAL?	131
11.1. Introdução.....	131
11.2. A Advocacia Pública na Constituição de 1988	132
11.3. A posição constitucional das Procuradorias Legislativas.	133
11.4. A lição das Funções Essenciais à Justiça	133
11.5. A unicidade orgânica da Advocacia Pública e seus reflexos	135
11.6. O equívoco da equiparação absoluta.....	135
11.7. Consequências práticas da distinção	136
11.8. Conclusão.....	139

CAPÍTULO 12

REGIME JURÍDICO DOS PROCURADORES MUNICIPAIS E LEGISLATIVOS: SIMETRIAS, DISTINÇÕES E LIMITES CONSTITUCIONAIS	141
12.1. Introdução.....	141
12.2. A atividade jurídica como elemento comum	142
12.3. O controle de jornada e a natureza intelectual da atividade jurídica	142
12.4. O teto remuneratório e a origem da controvérsia.....	143

12.5. Aparidade remuneratória: identidade funcional ou identidade constitucional?	144
12.6. A Advocacia Pública Municipal e as Funções Essenciais à Justiça.....	148
12.7. As Procuradorias Legislativas e sua autonomia institucional.....	149
12.8. O verdadeiro ponto de convergência.....	149
12.9. Conclusão.....	150

CAPÍTULO 13

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS PROCURADORIAS MUNICIPAIS	153
13.1. Introdução.....	153
13.2. O desafio da consolidação institucional	154
13.3. A transformação digital da Advocacia Pública	154
13.4. O crescimento da litigiosidade estatal	155
13.5. Integridade pública e prevenção da corrupção	156
13.6. A valorização da carreira.....	156
13.7. O fortalecimento da autonomia técnica.....	157
13.8. A necessidade de uma cultura institucional de Estado...	157
13.9. Conclusão.....	158

CAPÍTULO 14

A PROCURADORIA MUNICIPAL DO SÉCULO XXI.....	159
14.1. A longa caminhada institucional	159
14.2. A superação definitiva do paradigma burocrático.....	160
14.3. A Procuradoria como instituição de Estado.....	160

14.4. A consolidação das Procuradorias Municipais na Federação brasileira	161
14.5. O desafio da construção institucional.....	162
14.6. Uma agenda para o futuro.....	163
14.7. A Advocacia Pública Municipal como garantia da República	164
14.8. Considerações finais.....	164
POSFÁCIO	167
REFERÊNCIAS	171
APÊNDICE I	173
APÊNDICE II	175
APÊNDICE III	177